

QUESTIONAMENTOS ACERCA DOS LIMITES DO CAPITAL

Matheus Neves Sacramento¹

RESUMO:

A partir da configuração da atual etapa de desenvolvimento do modo de produção capitalista, o trabalho em questão tem como objetivo investigar os elementos e processos presentes no capitalismo e, a partir deles, discutir a possibilidade de haver limites intransponíveis à acumulação de capital. Em texto, há a caracterização de um contexto de sequenciais crises impulsionadas pelo capitalismo. Além da ausência de crescimento econômico, endividamento dos Estados e a desigualdade, problemas como a pobreza extrema, a degradação ambiental, o encarceramento em massa, pessoas em situação de deslocamento ou refúgio, o suicídio, entre outros, compõem a face atual de um período de barbárie civilizatória. No entanto, considerando, primeiramente, se estes elementos supracitados transformam as crises recentes em fatos singulares na história do capitalismo. E, por último, traz-se ao debate perspectivas de como esses movimentos se relacionam com a questão dos limites à acumulação de capital.

Palavras-chave: Limites do capitalismo; capitalismo; expulsões; barbárie.

INTRODUÇÃO

Não restrita apenas aos estudos econômicos, as transformações do capitalismo nas últimas décadas têm levantado importantes questionamentos quanto à atual forma de acumulação de valor e as consequências que se derivam a partir dela, sobretudo em sua capacidade de reestruturação social. A lógica financeirizada, hegemônica enquanto padrão de valorização atual, foi capaz de promover não apenas novas dinâmicas econômicas e modificações nas relações de trabalho. Conseguiu ir além, promovendo também novas tecnologias de poder e de organização de uma sociedade que parece não se identificar da mesma forma que se identificava em fases anteriores ao que autores classificam como “financeirização”.

Sobre esta nova etapa capitalista Dimitri Sotiropoulos diz:

What is involved here is not just the emergence of a structure enabling more effective valuation of financial assets; it is also development of a technology of

¹ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

power the is superimposed on existing power relations (i.e., the relations that characterize the different Market participants) for the purpose of organizing their functioning. (SOTIROPOULOS, 2014, p. 89)

É necessário, para que se confronte o capitalismo contemporâneo com suas etapas anteriores, buscar elementos não só econômicos que justifiquem e tragam luz à essas modificações. A partir de uma análise histórica acerca deste modo de produção, vemos que algumas das características da contemporaneidade não são de fato novidades para o sistema, entretanto a maneira como algumas delas reaparecem ou se colocam frente à dinâmica geral do capital estão postas de forma única, seja pela velocidade e intensidade ou pelo desenrolar cada vez mais peculiar entre as peças que compõem a sociedade capitalista.

As crises observadas na história são exemplos destes elementos que podem ser considerados inseparáveis do capitalismo em qualquer etapa que ele tenha atravessado. Entretanto, autores que discutem a forma atual do capitalismo sugerem que as crises que surgem a partir dos anos 1970 possuem não só efeitos distintos, bem como exigiram e continuam exigindo formas de combate específicas e tão contraditórias quanto os próprios problemas. Tratemos desse padrão de crise a partir daqui.

Não é novidade que o capitalismo engendre crises, e em certos momentos, necessite delas visando um horizonte mais estável no longo prazo. Mas a sequência de crises analisadas após a década de 1970 sugerem algo diferente. Não se trata mais de grandes crises econômicas como as vistas no passado, nas quais a queima de capital e mudanças de paradigmas de produção “apaziguavam” seus efeitos na sociedade capitalista. As crises do presente contestam e colocam em xeque toda a ordem social que o capitalismo promulga e defende. Mais que consequências econômicas e sociais drásticas de curto prazo como veremos mais a frente- as crises do presente escancaram o poder destrutivo que o capitalismo tem sobre ele próprio, expondo limites para o próprio sistema, logo, para forma que a define, a de acumulação sem precedentes de capital.

Wolfgang Streeck (2014) contribui com o debate ao questionar como seria o fim do capitalismo. A concepção de que este seria o modo de produção mais evoluído, ou melhor, estágio final de organização social tem cada vez menos adeptos. Streeck argumenta que o desafio que o capitalismo encara, no agora, não se trata mais de erros do passado sendo corrigidos vislumbrando o futuro de crescimento e prosperidade econômica. São desafios que impõem a necessidade de se pensar em novos paradigmas de ordem social que ultrapassam até mesmo a lógica de acumulação de valor. Isto pois o

desmantelamento crônico encarado agora possui tendências, inclusive de longo prazo, que eliminam a possibilidade de se projetar um futuro fundado nos paradigmas do presente.

Os sintomas da crise são muitos, mas predominam três tendências de longo prazo nas trajetórias dos países ricos altamente industrializados – ou melhor, cada vez mais desindustrializados. A primeira é um declínio persistente da taxa de crescimento, agravado pelos acontecimentos de 2008. A segunda, associada à anterior, é um aumento também persistente do endividamento total nos principais países capitalistas, onde governos, famílias, empresas e bancos vêm acumulando passivos financeiros nos últimos quarenta anos. A terceira tendência, enfim, consiste no recrudescimento, já há várias décadas, da desigualdade, tanto de renda como de riqueza (STREECK, 2014)

Trabalhar cada uma destas tendências de forma isolada nos dá um panorama mais lúcido sobre o que acontece no mundo desde o fim da Segunda Guerra, mas é importante compreender que outro grande problema é a maneira com que estas três tendências se relacionam entre si, reforçando e impondo mais limites ao próprio modo de produção. Para exemplificar, podemos relacionar um baixo crescimento econômico de uma nação ou do sistema mundial como um todo como reflexo de um maior endividamento dos países, empresas privadas e famílias, e por vez menores demandas e as dificuldades em se avançar na produtividade, como tratam Husson *et al.*(2017), e David Harvey (2016). Como também podemos traçar o caminho reverso, no qual a desigualdade social, fundada não apenas em uma má distribuição de renda como também nos direitos às formas de propriedade da riqueza produzida, é reflexo de um processo de intensificação do endividamento, que impede avanços de produtividade e, por consequência, verifica-se um baixo crescimento econômico. Embora feita de forma rápida e crua, esta ilustração nos servirá mais a frente quando abrirmos cada tendência exposta.

Analisar estas características orgânicas e contínuas sob a ótica da hegemonia financeira traz um pouco mais de luz para aquelas relações que podem passar despercebidas, ou que sejam difíceis de relacionar com as tendências gerais. Chesnais (2017) diz que abordar a financeirização é perceber uma

Fase específica para a história do capitalismo em que: 1) a apropriação de ganhos de capital já criado tem sido redesevolvida ao lado da produção de ganhos de capital, mesmo excedendo-o em determinadas configurações da relação de capital/ trabalho 2º) lucro, interesse e renda tendem a ser confundidos devido às formas de interpenetração entre capital altamente concentrada em suas três formas (capital industrial, capital comercial e capital) e 3º) finalmente o o fetichismo de commodities invadiu todas as atividades sociais. (p.6)

No entanto o autor faz uma importante ressalva, indispensável ao presente texto, de que, ao acentuar e relacionar de forma mais aguda as relações entre capital e trabalho, o capitalismo financeirizado não pode ser encarado como uma fagulha antissistêmica que

tende à superação do próprio capitalismo – ou melhor, tende à socialização dos meios de produção, pensamento vivo no debate do capitalismo na fase imperialista.

De acordo com Lenin (1960):

O capitalismo, em sua fase imperialista, conduz plenamente à socialização da produção em seus mais variados aspectos; arrasta, por assim dizer, capitalistas, contra a sua vontade e consciência, um novo regime social, de transição entre a liberdade absoluta de concorrência e a socialização completa. (p. 215-6)

Ou seja, o capitalismo imperialista intensificaria as contradições que envolvem o capital, sugerindo a superação a partir da socialização completa da produção, para Lenin. No entanto, Chesnais parece não analisar esta mesma possibilidade ao trazer os elementos do capitalismo contemporâneo para o debate.

A “novidade” que distingue as épocas estaria então centrada na imersão quase que completa do processo produtivo à lógica do capital portador de juros, mesmo que este último já possuísse papel relevante desde a consolidação do capitalismo? O que pode ser capaz de impor limites insuperáveis ao capitalismo após 1970, a supressão da lógica da produção em prol dos ganhos financeiros, ou há, somados a este problema, fatores que intensificam o processo de deterioração sistêmica?

Começaremos com as perspectivas acerca dos limites do capitalismo, para entender se o que temos no presente pode ser interpretado como marcas de um momento final para o modo produção capitalista.

Limites do capital

Este capítulo trata de interpretações acerca dos limites à acumulação de capital, e das possibilidades de superação, seja dos limites – caso encarados como barreiras-, ou do próprio capitalismo, ruminando em novas formas de organização estrutural das sociedades. Afinal, pode ser compreendido que o capitalismo, nas últimas décadas, engendrou limites de fato insuperáveis? Há a possibilidade de um colapso sistêmico generalizado que leve às ruínas o modo de produção que um dia já foi encarado como o último capítulo da história?

Para afirmar que os limites postos ao capitalismo, no agora, são singulares na história, seria necessário investigar em um primeiro momento, as características atuais desta longa sequência de crises. A aparente impossibilidade de reanimação nas taxas de crescimento econômico no mundo, a incapacidade de reversão por parte dos Estados Nacionais em propor o progresso, a concentração da renda e da propriedade, somadas aos

problemas civilizatórios² como a pobreza extrema, a degradação ambiental, o encarceramento em massa, pessoas em situação de deslocamento ou refúgio, o suicídio³, parecem ser sintomas de processos intrínsecos ao próprio modo de operação capitalista.

Um importante elemento para entender a “novidade” desta crise é a análise do comportamento da taxa de lucro e sua tendência decrescente. Andrew Kliman (2015), Michael Roberts (2016), e Esteban Maito (2014) são teóricos que enxergam sob a lei natural à queda da taxa de lucro, exposta por Marx no livro III de *O Capital*, o protagonismo no desenvolver das sucessivas crises e rodadas de recessão. Antes da visão dos autores, é importante estabelecer como esta tendência de fato se configura no capitalismo.

Para Michael Roberts e Kliman, a queda da taxa de lucro vista nas últimas décadas teria sido determinante para a hegemonia do mercado financeiro perante o capital produtivo. Segundo Mello et. al (2017, p. 160),

tais autores concordam que o desenvolvimento dos mercados financeiros e a expansão do capital fictício respondem a uma constrição das possibilidades de investimentos produtivos, por conta da persistente queda da taxa de lucro que teria dado azo às crises de estagnação na década de 1970, tendência essa que estaria a se efetivar nos últimos anos.

Assim, com o desenvolver das relações “guiadas” pelo mercado financeiro, a crise na primeira década do século XIX seria fruto da pertinente redução na margem de lucratividade das grandes corporações produtivas em escala mundial (MELLO *et al*, 2017, p.160).

O diferencial desta crise em relação às anteriores, para Kliman (2015), estaria também na intervenção por parte dos Estados na garantia da lucratividade de grandes corporações. O desequilíbrio sistêmico originado pelas crises – que não devem ser encaradas como limites externos ao processo de acumular capital-, tem papel relevante para a manutenção da ordem de produção de valor, uma vez que, ao tentar eliminar as consequências da crise através de processos que outrora influenciaram na configuração

² Aqui se destaca também a retirada do processo de construção da superação do capitalismo através de um modelo socialista como horizonte, como mostra o texto de Gustavo Mello, Henrique Braga e Mauricio Sabadini (2017).

³ Elementos destacados por Saskia Sassen.

dela própria, os Estados retiram do plano a possibilidade da queima de capital necessária para que se reestabeleça o nível de lucratividade, e reverta a desvalorização do capital⁴.

[...] acredito que no futuro próximo, o capitalismo se torne mais instável e propenso a crises, do que foi antes da crise financeira de 2007-2008, e que o principal fator para debelá-la tenha sido, paradoxalmente, a fonte da crescente instabilidade. Estou me referindo à doutrina do “grande demais para quebrar” (too big to fail – TBTF), e ao perigo moral [*moral hazard*] que ele gera. (KLIMAN, 2015, p. 102)

Seria esse um processo que singulariza a atual crise em relação às passadas? Pois,

Afinal, ao invés de seguir seu caminho “clássico” de vasta destruição e desvalorização de capital, em ondas de falência que, junto à redução dos custos da força de trabalho, abririam oportunidades de investimento e dariam azo a vigorosos processos de concentração e centralização de capital, a mais recente crise econômica mundial foi contra-arrestada por uma monumental intervenção estatal no sentido de injetar recursos baratos nos “cofres” dos grandes grupos econômicos, de “criar mercados” para os títulos podres em que estavam afogados, e assim por diante. (MELLO *et al*, 2017 p. 162)

É neste ponto de Kliman, segundo Mello *et al* (2017), critica as ideias de caráter reformista. A aplicação da doutrina ‘too big to fail’ sugere que o Estado esteja sempre atrasado em relação às grandes corporações. A capacidade de se esquivar de novas regulações por parte das corporações, se dá justamente pois “os reformadores estão sempre ‘lutando a guerra passada” (KLIMAN, 2015, p. 101, apud MELLO *et al*, 2017, p. 162)

Roberts soma ao problema da queda da taxa de lucro, fatores e processos de perturbação social. A acumulação de capital é encarada como um limite de cada vez mais difícil superação quando se inserem no espectro atual os desajustes ambientais, os problemas do emprego e a crescente desigualdade. Segundo Roberts, o problema é que o capitalismo não possui a mesma capacidade de expansão que tivera em tempos passados, e uma vez que entendemos o capitalismo como fenômeno histórico, este estaria se aproximando do fim. O interessante aqui é perceber a margem da possibilidade de formação de um novo modo de organização, pós capitalista, no qual a barbárie seja posta aos indivíduos de maneira ainda mais severa.

⁴ Esta constatação não elimina as chances de retornos destes mesmos limites em momentos futuros, entretanto com a escala dos limites ampliada e relação às crises anteriores. Processo que será melhor trabalhado mais à frente no texto.

Nas palavras de Roberts, há o sufocamento da possibilidade de retomada de acumulação de capital, dadas as tendências

[...] ao aquecimento global, à baixa produtividade, à crescente desigualdade, e com cada vez menos áreas no mundo para explorar que não estejam já proletarizadas, urbanizadas e sejam parte do sistema capitalista global. Há menos espaço para o capitalismo se expandir. Ele está se aproximando de seu prazo de validade em termos históricos. Mas pode haver outro período de expansão nos próximos 20 anos ou mais. (ROBERTS, 2016, apud MELLO *et al.*, 2017, p. 162)

Ainda sobre a perspectiva de colapso sistêmico a partir da tendência decrescente da taxa de lucro, Maito afirma que o capitalismo tende a se aproximar do colapso final. O fim do sistema seria gerado pelas próprias contradições internas ao sistema. Diferente de Roberts, que vislumbra a possibilidade futura de novas rodadas de expansão de capital, Maito afirma que, “se a taxa de lucro indica a vitalidade do sistema, a conclusão lógica é que ele se aproxima de um ponto final” (MAITO, 2016, p. 16, apud MELLO *et al.* 2017 p.162).

Michel Husson *et al.* (2017) também discorrem acerca dos fundamentos da crise capitalista a partir do fim do século XX. Entretanto, a ênfase na análise é dada ao decréscimo da margem de ganho oriundo da elevação na produtividade. O “capitalismo neoliberal” possibilitou a retomada de crescimento das taxas de lucro sem que houvesse a recuperação nos ganhos de produtividade e nas taxas de crescimento econômico. A elevação na taxa de lucratividade seria fruto da “redução generalizada da parte salarial no total do valor agregado, decretando um período de piores condições de vida dos trabalhadores.” (MELLO *et al.*, 2017 p. 163)

Três processos tornam-se centrais nesta análise: i) A redução do consumo; ii) o endividamento público e privado; e iii) a hegemonia das finanças.

A redução do consumo, para eles, torna-se empecilho para a acumulação de capital ao reduzir a capacidade de realização dos lucros na esfera da circulação (*ibidem*, p. 163). Já o endividamento público e privado, processo intensificado a partir das últimas décadas do século XX, reflete numa maior dificuldade em promover políticas de retomada de crescimento – seja via gasto público, ou investimento privado. Principalmente aos países periféricos, as questões acerca do endividamento e da redução do consumo em nível global se cruzam de tal modo que, pela forte dependência nos níveis de preços das *commodities*, reduzir o consumo global significa eliminar uma considerável fração da arrecadação por estes países. Apertando o fôlego para a busca da retomada da lucratividade.

Se em momentos anteriores do capitalismo os países da periferia contribuíram de forma decisiva para a recomposição desta lucratividade, atualmente os mesmos não estão mais em condições de exercer este papel, devido, principalmente, à redução nos preços das *commodities* e a constante instabilidade sistêmica que fragiliza suas moedas com bruscas desvalorizações. Soma-se a isso que, no “capitalismo neoliberal”, o processo de endividamento, seja público ou privado, passou a ser central na compreensão das crises recentes. (ibidem, p. 163)

A dominação financeira a partir da década de 70 é outro processo de destaque. Válido destacar que não se trata de movimentos isolados, ou seja, o processo de hegemonia das finanças não se descola dos processos citados anteriormente. Husson et al. (2017) enxergam a finança como elemento central das crises da etapa neoliberal. A finança e suas contradições se evidenciam através do mercado de câmbio, por bolhas especulativas, pelo fortalecimento da dinâmica do endividamento através da dívida pública. Aparecem como crises imobiliárias, bancárias ou de distorções nos mercados de ações, entretanto, a causa essencial estaria no avanço das políticas de cunho neoliberal. (HUSSON *et al*, p. 73 apud Mello *et al*, 2017 p. 163)

As intervenções necessárias para que seja revertida a situação atual de crise seriam: retirar a noção desenvolvimentista e produtivista do capitalismo; limitar os instrumentos de especulação e liberalização financeira; e medidas regulatórias para taxar e controlar transações financeiras, combatendo os paraísos fiscais (melo et al).

Entretanto, o sucesso destas intervenções passa pela reestruturação da sociedade. “Tais mudanças devem também passar pela mobilização dos cidadãos, que sofrem a dominação política da finança sobre nossas sociedades. Caso contrário, será totalmente em vão esperar reais reformas que sufoquem a finança” (Husson *et al.*, p. 184 apud MELLO *et al*, 2017 p. 164)

A noção de que o capitalismo cruza mais uma vez com o problema da escassez do consumo também está presente em David Harvey (2016).

As crises após os anos 70 seriam resultado de uma tendência a queda das taxas de exploração, evidenciada principalmente pelos maiores custos com a força de trabalho. O capitalismo neoliberal teria sido a reação frente às dificuldades de reversão da produção de mais-valia, logo, da exploração do trabalho. O avanço neoliberal teria atuado para modificar relações sociais que antes foram necessárias para a acumulação de capital, mas que se tornaram empecilhos nesta atual fase.

[...] pode-se ler que as crises de estagflação que se espriaram pelos países capitalistas centrais na década de 1970 tiveram sua origem, em grande parte, na

diminuição das taxas de exploração (a “explosão salarial”), decorrente de uma temporária virada na correlação de forças em favor dos trabalhadores. Diante desse quadro, teria havido a “reação neoliberal”, por meio da qual os capitalistas desbarataram as organizações trabalhistas, realizaram uma forte “repressão salarial”, eliminaram formas de salário indireto advindos de políticas sociais, e assim sucessivamente. (MELLO *et al.*, 2017 p.158)

É a partir deste processo que se encontra o problema da demanda efetiva. Com a crescente massa de mão de obra inutilizada pelo capital, somada aos tentos de repressão salarial o resultado para o consumo só poderia ser uma situação de extenuação do consumo. “A expansão do crédito e do endividamento familiar e empresarial visando estimular o consumo dos capitalistas seria uma resposta a essa dificuldade” (ibidem, p.158).

Teriam, no entanto, empecilhos à um crescimento sustentado que necessita e ao mesmo tempo mantém o processo de valorização em escala ampliada. Barreiras que de certa forma tiveram soluções de reversão pouco eficazes, contribuindo para o processo de intensificação dos próprios limites. A hegemonia da lógica financeira teria, através do abrupto processo de acumulação de capital fictício pode ter relativizado a tendência de queda das taxas de crescimento econômico, mas corroboram para a formação de amplos “canais para concentração de riqueza na forma abstrata” (ibidem, p.159). Suprimindo a lógica da produção de mercadorias, cuja capacidade de reversão seria maior.

Em Harvey também está a crítica ao intervencionismo estatal de cunho neoliberal para sustentar o capitalismo nos momentos de crise. Assim como Kliman, a lógica do “grande demais para falir” teria evitado a necessária desvalorização e, por conseguinte, a queima de capital para que se reestabelessem os níveis de lucratividade.

Trata-se de uma reorganização da dinâmica de produção e acumulação de capital, que estimulava a “invasão” da lógica neoliberal para campos mais complexos e diversificados das relações socioeconômicas. E aqui se encaixa um dos principais processos do capitalismo na etapa neoliberal: o da intensificação da degradação ambiental. Mesmo que o capitalismo tenha uma inúmeros casos de superação às “dificuldades ecológicas”, e partindo da ideia de que se trata de um “sistema ecológico em operação” no qual os recursos naturais estão internalizados ao processo produtivo, o que se tece no agora é o que ele chama de capitalismo do desastre. Alimentado pelos crescentes desastres ambientais que proporcionam novas oportunidades de lucro a partir deles, em um contexto de constrição das taxas de crescimento econômico, “que conduz ao acirramento da predação da natureza, com potenciais de ruptura.” (ibidem, p. 160).

Tal acirramento, para Mészáros, seria um sintoma de que o capitalismo teria alcançado limites absolutos, uma vez que não é possível dissociar o avanço das capacidades produtivas da destruição da natureza, nem separar o desperdício e a noção de progresso econômico (ibidem, p. 153). Para Mészáros, haveria uma tendência decrescente para a taxa de uso das mercadorias, uma vez que a utilidade das mercadorias produzidas está na capacidade de ser vendida, e não no uso, propriamente dito. O que promove uma aceleração na degradação ambiental a partir do maior consumo dos recursos naturais (ibidem, p. 153).

A tecnologia, que poderia amenizar ou reverter o quadro de exploração dos recursos naturais, atuam, na verdade, intensificando o esgotamento. A tecnologia é sujeita à normalização da obtenção do lucro, pelo fato de possuir “enraizamento social” capitalista, que a condiciona a seguir a ordem do lucro máximo.

Segundo Mészáros, ao passo que o capital avança para novas áreas, agregando mais espaços à dinâmica de produção de valor, aumenta a contradição que envolve a subordinação do trabalhador ao capital. O “trabalhador coletivo” se torna barreira ao ciclo de reprodução de capital, uma vez que seria cada vez mais difícil manter o processo produtivo mundial (ibidem, p 154), visto que o capital, ao “invadir” novos espaços, rompe com mecanismos locais sem a contrapartida de um governo em nível global (MÉSZÁROS, 2009, p.55 apud MELLO *et al.* 2017) capaz de orquestrar a subordinação do trabalhador perante ao capital.

Quando somado à elevação dos custos de produção, outro problema em relação à classe trabalhadora surge para Mészáros. Há a tendência da cada vez menor utilização da força de trabalho.

A articulação global do trabalhador coletivo e a elevação dos custos do processo produtivo, em decorrência da combinação da produção militar com a produção industrial, também provocaram, observa Mészáros, o desenvolvimento exponencial das forças produtivas do trabalho. Desse ponto de vista, a modernização [...] substituiu grande quantidade de trabalho pouco qualificado por menor quantidade de trabalho mais qualificado. (MELLO *et al.*, p. 154)

Para Mészáros, o que se caracteriza é uma “crise estrutural da organização social cujo controle é estabelecido pelo capital “(MELLO *et al.*, p. 155).

Chesnais (2017) trabalha com a hipótese de que o capitalismo em sua atual configuração haveria alcançado limites que podem ser encarados como insuperáveis, intransponíveis. Haveria uma combinação entre limites internos e externos à acumulação que culminaria no colapso do sistema capitalista.

Dois processos seriam determinantes para o fim do modo de produção. O primeiro, resultado da intensificação da automação, que seria um retorno aos ditames característicos do século XIX. E o segundo diz respeito aos desequilíbrios ecossistêmicos, também destacado por outros autores neste capítulo.

Sustentado em Robert Kurz e Ernest Mandel, Chesnais segue a ideia de que o intensificado processo de mecanização da produção se torna uma barreira “fatal”, uma vez que, ao elevar a composição orgânica no capital, é posto ao capitalismo uma tendência de queda no volume de valor produzido, o que desencadearia um problema de realização da mais-valia, ou seja, a partir de uma redução no volume de valor produzido há uma redução também no volume de mais-valia apropriado pelos capitalistas. Sendo assim, o crescente avanço da automação produtiva seria um limite interno à acumulação de valor.

Nesse aspecto, Eleutério Prado (2017) julga como necessário diferenciar os limites que se colocam como barreira ao movimento, daqueles que são funcionam como contenção ao movimento de acumulação. Os primeiros seriam os limites internos, e os segundos, os externos. E questiona se deve ser considerada a existência de limite interno intransponível, e se a existência de uma contenção absoluta à expansão é algo novo na história do capitalismo (PRADO, 2017).

Quanto aos limites internos, Prado parte da ideia de que o capitalismo consegue promover o desenvolvimento absoluto das forças produtivas para a conservação do capital através de mecanismos que, ao invés de eliminá-los, cooperam para que em crises futuras, os mesmos limites retornem. Desta vez em escala ampliada. Tais mecanismos seriam a redução da taxa de lucro, a desvalorização do capital e o crescente processo de mecanização da produção. Em Marx (2017, p. 289, apud PRADO, 2017):

A contradição, expressa de maneira bem genérica, consiste no fato de que o modo de produção capitalista implica uma tendência ao desenvolvimento absoluto das forças produtivas, com abstração do valor – e do mais valor nele incorporado [...]; por outro lado, esse modo de produção tem como objetivo a conservação do valor de capital existente e sua valorização na máxima medida possível [...]. Os métodos pelos quais atinge esse objetivo incluem: o decréscimo da taxa de lucro, a desvalorização do capital existente e o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho às custas das forças produtivas já produzidas.

A produção capitalista tende constantemente a superar esses limites que lhes são imanentes, porém consegue isso apenas em virtude de meios que voltam a elevar diante dela esses mesmos limites, em escala ainda mais formidável.

A maior mecanização da produção, para Robert Kurz (2014), conduz o capitalismo para o colapso final. A força de trabalho passa a ser substituída e subtilizada. Tornando-se redundante de forma relativa e depois absoluta (MELLO *et al.* p. 155). O

ponto é, a menor utilização da força de trabalho no processo de produção afeta diretamente o processo de extração de mais-valia, tendo assim, a redução na da massa de mais-valia em escala mundial (*ibidem*, p. 155). A composição orgânica do capital se elevou de tal forma que não haveria mais a possibilidade de rodadas de expansão produtiva.

Para superar tais limites internos, barreiras ao movimento de acumulação, seria necessário que houvesse a expansão interrompida de capital, ou por meio da destruição parcial do próprio capital acumulado (PRADO, 2017, p. 2). No entanto “o verdadeiro obstáculo à produção capitalista é o próprio capital, isto é, o fato [...] de que a produção é produção apenas para o capital, em vez de, ao contrário [admir] em benefício da sociedade dos produtores” (MARX, 2017, p. 289, apud PRADO, 2017).

Prado conclui que, aceita a consideração acerca dos limites internos para Marx, não haveria a existência de um limite interno intransponível (PRADO, 2017, p. 2). O capital engendra um movimento contínuo de produção de “mais” mais valor. Ele [o capital] “enquanto tal cria um mais valor determinado porque não pode pôr de uma vez um mais-valor ilimitado; ele é o movimento contínuo de criar mais mais-valor.” (MARX, 2011, p. 289, apud PRADO, 2017).

Entretanto, para Chesnais, próximo ao que Kurz (2014) expõe, as rodadas de “auto superação por solavancos “encerram a possibilidade de que o capital supere uma situação de colapso, de limite absoluto (PRADO, 2019, p. 2) promovido pela redução no volume total de valor produzido e por consequência a redução da mais-valia realizada.

Prado não corrobora com a ideia de que a queda na massa de mais-valia realizada seria um limite absoluto à acumulação de capital, pelo fato de que, principalmente, este não seria um processo novo para o capitalismo. O desenvolvimento das forças produtivas, que reduz o volume de mais-valia, reflete em um fatias cada vez menores de trabalho socialmente necessário nas unidades de mercadorias. “Entretanto, a massa de mais-valor sempre pode crescer por meio da expansão do volume da produção material. E é isto – veja-se bem - o que tem acontecido na progressão do capitalismo (*ibidem*, p. 3).

Para Eleutério, há ausência de comprovações teóricas de que a recente revolução tecnológica atua para bloquear a possibilidade de expansão na produção e na reprodução da força de trabalho. Tendo que considerar a chance de que, ainda assim, tais problemas poderiam ser “resolvidos” por reajustes na taxa de lucratividade. Aceito isso, encara-se o limite apenas como barreira ao movimento interno de acumulação de capital, e não como limite absoluto (*ibidem*, p. 3).

O limite externo para Chesnais (2017) se encontra, em primeiro lugar, no acirramento da relação do trabalhador com o capital, e, em segundo lugar na intensificação do uso dos recursos naturais. A exploração da natureza humana e da não-humana são exploradas de tal forma que haveria um limite lógico para esta própria exploração ser um processo contínuo. Quanto à primeira, o ser humano pode ser entendido como uma barreira externa pelo fato de que, em detrimento da intensificação da exploração, tem a possibilidade do trabalhador se reivindicar enquanto ser humano, podendo pôr fim ao processo de dominação ante o capital. Porém, “se apresenta com certa dramaticidade apenas recentemente na história do modo de produção capitalista” (PRADO, 2017, p. 4), principalmente pelo esgotamento dos recursos naturais que estão cada vez mais perto do limite absoluto.

Parece adequado, portanto, pensar que tal limitação pode vir a constringer a dinâmica da acumulação de capital no futuro próximo, ou seja, no correr do presente século. Entretanto, não parece adequado afirmar que tenha sido muito relevante até o presente momento. O baixo crescimento populacional pode ter tido algum papel no processo de acumulação de alguns países do centro; problemas ecológicos podem ter afetado em certa medida este processo na periferia. De qualquer modo, as crises contemporâneas, assim como uma certa tendência à estagnação que tem afetado especialmente o centro do sistema, têm de ser explicadas principalmente pela dinâmica interna da acumulação de capital. E, nesse sentido, os estudos que se centram na tendência cadente da taxa de lucro tem se mostrado como os mais interessantes [Kliman, 2012; Roberts, 2016]. (PRADO, 2017, p. 4)

Ademais, ainda para Prado, a iminência, ou melhor, a possibilidade de embates e processos revolucionários que urgem como alternativa à dominação capitalista sempre esteve presente no capitalismo. Isso se deve ao fato de que “está sempre pressuposto que o trabalhador guarda em si o ser humano como potência” (*ibidem*, p. 5). Não de maneira ontológica, natural ao ser em todos os períodos da história, mas que surge da contradição entre capital e trabalho, própria do capitalismo. “O limite decisivo enquanto contenção do capitalismo e sua superação positiva continua sendo, tal como Marx estabeleceu, a atuação política dos trabalhadores organizados” (*ibidem*, p. 6).

Para Eleutério, o processo de libertação

[...] não pode mais se contradizer, isto é, não pode mais propor novos despotismos, mas unicamente buscar a realização de uma democracia substantiva que não seja apenas formal, tal como foi possível realizar nos limites do capitalismo – mas que, agora, está sendo cada vez mais sabotada pelo neoliberalismo. (PRADO, 2017, p. 6)

Chesnais e Prado parecem convergir quando se trata da possibilidade da reversão do quadro a partir das disputas políticas. Em Chesnais (2017 apud Prado, 2017): “o

desafio é que aqueles e aquelas que são explorados pela burguesia, ou que não estejam a ela vinculados, encontrem maneiras de se libertarem do seu curso mortífero”.

POSSÍVEIS TENDÊNCIAS DE LONGO PRAZO E CARACTERÍSTICAS DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Saskia Sassen (2016) e Wolfgang Streeck (2014) dão importantes elementos e processos que, além de facilitar a compreensão do contemporâneo, auxiliam para uma análise mais profunda dos limites do capitalismo, como trabalhamos no capítulo anterior. Há, no entanto, a necessidade de articular criticamente as visões acerca do caráter atual do modo de produção e acumulação de capital às concepções acerca do possível esgotamento sistêmico que o capitalismo pode enfrentar no futuro.

Recuperando a discussão feita por Streeck (2014) e retomando as três tendências centrais para o autor, vê-se a necessidade de se questionar a duração deste processo de produção sob a luz das interpretações críticas e mais bem fundamentadas teoricamente. Para então, confirmarmos a validade destas tendências no debate acerca do possível fim do capitalismo.

A primeira tendência de longo prazo analisada por Streeck (2014) é a decrescente taxa de crescimento econômico visto nas últimas décadas. O que não está manifesto é como a queda no crescimento dos países de fato se torna um limite intransponível à acumulação de capital. As análises de Andrew Kliman (2015), Michael Roberts (2016) e Esteban Maito (2014), tal como sintetizadas por Mello *et al.* se dedicam a responder tal questão sob a ótica da tendência de queda na taxa de lucro, salientando que este movimento é central para que se entenda a hegemonia financeira no capitalismo em suas últimas décadas. No entanto parecem surgir possíveis embates teóricos. O primeiro incide na análise se, de fato, há validade na ideia de que a tendência de queda na taxa de lucratividade do capital reflete no estrangulamento das taxas de crescimento econômico dos países, principalmente os centrais. E o segundo, por consequência, se este movimento representa uma barreira ao processo de acumulação de capital.

O crescimento econômico balizado no viés moderno de progresso, traz a noção de que determinadas economias conseguem crescer através de incentivos na produtividade via progresso tecnológico, via poupança ou via incrementos de “capital humano”, como preconizam as teorias da teoria moderna do crescimento. O que Streeck (2014) julga ser determinante para o fim do capitalismo parece corroborar com a ideia de que, a ausência de crescimento, do progresso, acarreta menor desenvolvimento das forças produtivas,

logo, menores possibilidades de assegurar o padrão de vida na sociedade capitalista através da circulação dos bens produzidos e da renda gerada.

O crescimento constante, a moeda estável e um mínimo de igualdade social, disseminando alguns benefícios do sistema para os que não têm capital, por muito tempo foram considerados pré-requisitos para uma economia política capitalista conseguir a legitimidade de que precisa. Nesse sentido, o mais alarmante é que as tendências críticas mencionadas podem estar se reforçando mutuamente. (Streeck, 2014, p. 1)

Ou seja, o autor parece se nortear em pilares neoclássicos, como a desigualdade sendo um fator de declínio do crescimento uma vez que constriam avanços de produtividade (ibidem, 2014), como também em uma visão, aparentemente simplista, voltada para o âmbito da circulação dos bens e da renda gerada. Ideia que parece estar mais bem trabalhada em Maito (2014) que sugere que o capitalismo está próximo de seu fim, uma vez que a taxa de lucro se apresenta como elemento vital para o desenvolver das relações capitalistas. Roberts (2006) que confirma a ideia de que o capitalismo está enfrentando dilemas singulares na história, não exclui a possibilidade de novas rodadas de expansão de capital nos próximos anos.

Ainda no enfoque da tendência de queda da taxa de lucro no sistema, outro fator também possui centralidade nas análises, principalmente nas de Andrew Kliman (2015) que aqui foram expostas. Este outro fator reside na dominância financeira como “resposta” às dificuldades de expansão produtiva do capital. Saskia Sassen descreve essa hegemonia dos mercados financeiros como a conformação de um “novo arranjo predatório” (SASSEN, 2015), cujo facilitador deste “novo modus operandi” do capital seria o bloco financeiro. É possível perceber que Sassen traz para o debate a aparente transformação dos “atores socioeconômicos” que atuam em função da ordem hegemônica, no sentido de, primeiramente expor a perda de protagonismo das burguesias locais, como também da transferência do poder de comando da esfera produtiva para a esfera financeira.

Parece estar subentendido em Saskia (2016), Streeck (2014) e nos teóricos da queda da taxa de lucro – também em outros autores, como veremos à frente – a noção saudosista da etapa capitalista na qual o progresso era o motor da produção de bens, e havia nela a maior possibilidade de distribuição da renda gerada pelas economias. Ao colocarem a hegemonia financeira como “escape” para o capital que não encontra espaços ampliados para valorização, parecem desconsiderar processos de incorporação de substancial massa proletária em países periféricos como Índia, África do Sul e China e o impacto que a absorção dessa generosa fração gerou no que diz respeito a custos de

produção. Parecem desconsiderar também o próprio movimento de metamorfose do capital em suas distintas formas, como se o capital portador de juros e o capital fictício tivessem a capacidade de subverter a produção em prol de sua própria reprodução, quando na verdade estes processos não se dão de forma independente.

Pode-se fazer uma aproximação similar quando se trata da segunda tendência analisada por Streeck (2014). Há de se investigar se o endividamento em nível global representa um limite interno a expansão de capital e a incapacidade de elevar o nível de crescimento necessário que garanta a acumulação de capital. A centralidade das finanças neste processo, característica do capitalismo neoliberal financeirizado como levanta Husson *et al.* (2014), refletiu no movimento de crescimento da dívida pública dos Estados que, por sua vez, se torna incapaz de “reabilitar” o processo produtivo e consequentemente redistribuir renda.

No fim, a ideia de Husson *et al.* sugere que, a maneira que as taxas de lucro foram mantidas estáveis sem que refletisse em elevação de produtividade, sequer no famigerado crescimento econômico, a compressão salarial que viabilizou a margem de lucratividade carrega para baixo os níveis de consumo. Este seria outro fator que impossibilitaria o processo de reversão do quadro do endividamento.

É interessante analisar este processo a partir da ideia de que o capital, para elevar seus níveis de produção de valor, necessita somente de impulsos dele mesmo. Como em Marx (2017), a produção não advém em benefício dos que produzem o capital, mas sim do próprio capital. É pelo caráter automático do capital que tal processo de endividamento (e o que ele deriva) não deve ser encarado como limite interno intransponível.

[...] esse processo não pode ser contido internamente ou, dizendo de outro modo, não pode ter um limite interno intransponível. Todo limite é transformado em obstáculo, em barreira, mesmo se ele se reapresenta depois, de algum modo, como um limite ainda mais difícil de transpor. (PRADO, 2017, p. 2)

Entretanto, em Marx (2011 apud PRADO, 2017, p. 3):

O capital [...] é o impulso ilimitado e desmedido de transpor seus próprios limites. Cada limite é e tem de ser obstáculo para ele. Caso contrário, deixaria de ser capital – o dinheiro que produz a si mesmo. [...] O capital enquanto tal cria um mais-valor determinado porque não pode pôr de uma vez um mais-valor ilimitado; ele é o movimento contínuo de cria mais mais-valor.

A hegemonia das finanças que Husson *et al.* (2014) apontam, e que é atuante na tendência de endividamento global alertada por Streeck, parece ainda corroborar com a ideia de que a dominância financeira subverteu a lógica do funcionamento “normal” do

processo de produção e acumulação de valor. Exaltar níveis de consumo em períodos ascendentes na história do capitalismo é idealizar o passado e tomá-lo como referência para suprir os problemas e as necessidades atuais, pois nem mesmo nos momentos gloriosos para a produção de capital estas demandas eram atendidas em nível global.

É possível fazer a assimilação da ideia de que a dita estabilidade econômica alcançada pré-crise de 2008 teria partido da fuga do setor produtivo para o bloco financeiro, e retroalimentada pela lógica da produção do que Streeck chama de “dinheiro barato” (2014, p. 2) – que também atua no processo de endividamento –, e a interrompida queima de capital através da intervenção estatal, como destacam Andrew Kliman (2015) e Prado (2017).

Assim, o processo de flexibilização e desregulamentação como maneira de impulsionar o crescimento econômico, que inclusive esbarra nas políticas de salvamento do “grandes demais para falir”, não incidem na recuperação do progresso das economias rumo a um ambiente estável, mas apenas na postergação dos efeitos corrosivos da crise e de sua capacidade da queima de capital que poderia reascender a taxa de lucro.

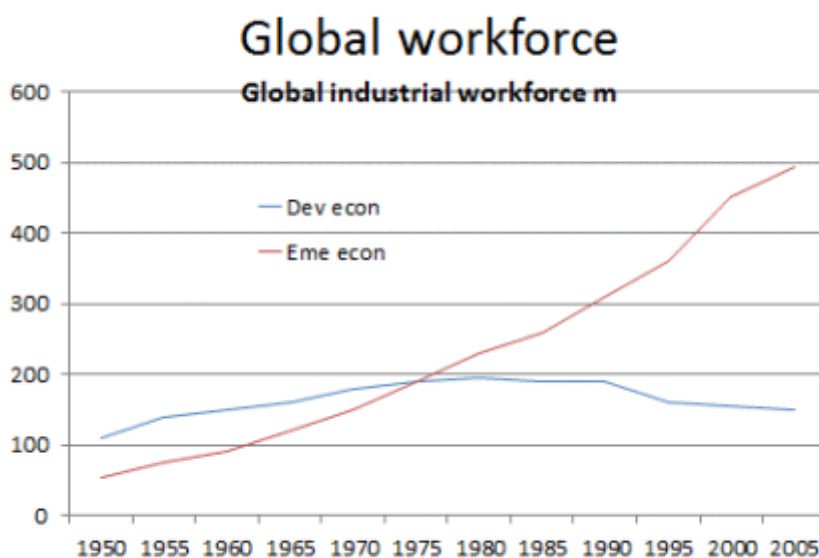
Daqui surgem dois possíveis caminhos: o primeiro aponta para o processo acima como mais uma etapa de superação do próprio capital, ou seja, sem configurar um limite interno absoluto, como Prado (2017) sugere. O segundo vai pela ideia de que o capitalismo não conseguirá mais suportar estas sucessivas recuperações e entrará em colapso.

Atribuem-se à segunda perspectiva as ideias de Kurz (1992) e Chesnais (2016; 2017). A intensa mecanização incorporada no processo produtivo refletiria, segundo eles, em uma redução no volume de valor produzido e da massa de mais-valor realizado. No entanto não avançam no sentido de traçar os métodos de contenção absoluta à expansão da produção e da reprodução da força de trabalho, uma vez que entendendo o capital com seu caráter automático, estes processos ainda poderiam sofrer reajustes a partir de uma possível recuperação dos níveis de lucratividade. Ou seja, a automação da produção, mesmo que intensificada nas últimas décadas, não se configura como um limite intransponível ao capitalismo.

Em Kurz também é possível discutir acerca de fatores que também dizem respeito à produção e circulação de valor. Kurz (1992) argumenta que os países periféricos tornar-se-iam cada vez mais incapazes de transferir valor para os países centrais. O movimento de deslocamento da produção mundial para os países periféricos se trata, para o autor, de

uma resposta à pressão dos custos produtivos, sem incidir em maior extração de valor (MELLO *et al.*, p. 155).

O gráfico 5 mostra o significativo incremento que os países periféricos, dito emergentes por Michael Roberts (2012), proporcionam para o sistema capitalista. Há de se questionar, mais uma vez, retomando o caráter automático do capital, se há a possibilidade de impedimento à reprodução e incorporação de maiores frações da classe trabalhadora mundial, sobretudo nos países periféricos. O que parece não ser aprofundado por Kurz.



Fonte: The Next Recession⁵

A redução nas taxas de crescimento econômico e os movimentos relacionados acima exigiram reações do capitalismo para que se revertesse o quadro de estagflação do capital. Seria a reação neoliberal para David Harvey (2006). Reformas estruturantes que cooperaram para reprimir os salários e a contenção de políticas sociais providas do Estado intensificam ainda mais a contradição do capital, uma vez que suprime também o nível de consumo.

[...] os capitalistas desbarataram as organizações trabalhistas, realizaram uma forte “repressão salarial”, eliminaram formas de salário indireto advindos de políticas sociais, e assim sucessivamente. Com isso, ter-se-ia engendrado outro

⁵ Disponível em: <https://thenextrecession.wordpress.com/2012/12/12/apples-robots-and-robber-barons/>. Acessado em 30/11/19

problema: o da falta de demanda efetiva, que ameaçava a realização do valor. (MELLO *et al.* p. 158)

De modo que “a crise de 2008-9 não pode, portanto, ser entendida em termos de apertos de lucros. A repressão salarial em função da superabundância de oferta de mão-de-obra e a consequente falta de demanda efetiva de consumo é um problema muito mais sério” (HARVEY, 2010, p. 66 apud Mello *et al.* p. 158)

Também traz o intervencionismo como forma de contenção à queima de capital, ocasionando uma dificuldade cada vez maior de recuperar a margem de lucratividade. Mas sugere um outro processo interessante. A queda do crescimento econômico, presente na análise de alguns autores que foram aqui citados, teria sido relativizada pela intensidade da reprodução do capital fictício.

Sassen descreve duas lógicas que parecem se alinhar com a fundamentação de Harvey. A primeira se trata de uma lógica sistêmica, sob a forma das reformas “neoliberais”. Com destaque para as privatizações, terceirizações do trabalho. Com impactos maiores nas economias periféricas. A segunda reside no maior entrelaçamento entre as diversas áreas do mundo. Complementando os espaços ampliados pelas reformas estruturantes de cunho “neoliberal”. Seria a configuração do que a autora chama de “cidade global” (SASSEN, 2016, p. 29)

A segunda lógica dialoga com a perspectiva de Mézáros, que enxerga esse movimento de incorporação de novas áreas voltadas para a produção de valor como intensificador da contradição da relação do capital com o trabalhador. O avanço para estes novos espaços rompe com os mecanismos locais ao passo não se apresenta no horizonte um governo global que norteie este processo produtivo mundializado.

O autor acrescenta que o capitalismo haveria alcançado limites absolutos. Primeiro, o limite do ponto de vista ecológico, uma vez que o progresso e o desenvolvimento não conseguem se distanciar do desperdício e da destruição dos recursos naturais. E em segundo, o limite reprodutivo do capital. “A taxa de uso decrescente” dos valores de uso impondo a maior produção de valor em espaços de tempo cada vez menores (MELLO *et al.*, 2016). O foco do processo produtivo estaria na efetivação através da venda das mercadorias, e não na utilização delas. A tecnologia, que poderia minimizar a utilização dos recursos naturais necessários para manter o processo de produção cada vez mais intenso, não atua para reverter este quadro pois operam sob a égide dos lucros.

Com isso, é exigido tal avanço sobre os recursos naturais finitos, que se colocou em cheque a própria existência humana. Por conseguinte, não se pode tratar a questão ecológica apartada do padrão produtivo vigente. Até porque, aponta o autor, a própria reprodução do capitalismo encontrou outro “limite absoluto”, seu processo de reprodução. (*Ibidem*, p. 153)

Outro apontamento de Mészáros parece caminhar junto com as análises feitas por Saskia Sassen. O “complexo militar-industrial” estaria cada vez menos convertendo os investimentos em mercadorias. Isto pois, haveria um aumento significativo no custo de produção, somado ao problema do “trabalhador coletivo” destacado anteriormente.

Ao unir a esfera industrial e a militar, algumas características da crise atual expostas por Sassen ficam mais compreensíveis do ponto de vista teórico. O encarceramento em massa e o aumento no número de deslocados e refugiados, seja devido guerras ou catástrofes ambientais, parecem tornar perceptível o movimento de reorientação da utilização da classe trabalhadora ao redor do mundo. Mesmo que seja através da força.

Chesnais (2017) recupera o conceito de exército industrial de reserva para afirmar que o atual processo de mecanização e de fuga da produção para os países periféricos cooperam para a maior concorrência entre os trabalhadores, incorrendo em maiores taxas de exploração. O paradoxo exposto no primeiro capítulo está no fato de que, como mostra Sassen, parcelas cada vez maiores da população mundial tornam-se expulsas das benesses do capital. Trata-se de pessoas que não conseguirão em vida ter acesso à moradia, saúde, liberdade, e sobretudo o emprego.

Um interessante questionamento a ser feito é se este processo seria algo novo para o capitalismo. A história do capitalismo demonstra que a escassez, sobretudo a do emprego não é característica recente e singular. O paradoxo parece revelar um movimento de reorientação da força produtiva ao redor do mundo. Reorientação não restrita apenas ao conceito geográfico, mas principalmente de normas e condutas sociais que cooperem para a contínua exploração do trabalho e a acumulação de capital. É fundamental marcar, mais uma vez interpretando o capital enquanto “sujeito automático” (GRESPLAN, 2009 apud PRADO, 2017, p. 20), que a necessidade a ser suprida pelo capital é o contínuo processo de produzir mais-valia, e não a garantia de direitos e benefícios para a classe trabalhadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi exposto no texto, conclui-se que, embora as perspectivas selecionadas tratem de importantes características da dinâmica capitalista atual, foi necessário relacioná-las para que algumas lacunas teóricas e práticas pudessem ser preenchidas.

As tendências expostas por Streeck, por exemplo, não parecem ser suficientes para se comprovar a existência de limites internos intransponíveis para o capitalismo. Sendo necessário investigar mais a fundo questões teóricas que tratam melhor dos elementos levantados pelo autor.

Saskia Sassen faz uma análise descritiva fundamental quando se trata da compreensão da barbárie civilizatória desenvolvida pelo próprio capitalismo. Mas que por si só também não levanta elementos suficientes para sustentar que o fim do sistema capitalista é iminente. Ademais, por vezes a análise aparenta estar fundamentada em uma visão nostálgica em relação a etapas anteriores ao que se entende como capitalismo contemporâneo.

Ao fim, aparentam estar mais coerentes com as características gerais da acumulação capitalista as análises que expõem os limites internos à acumulação como barreiras superáveis, ou seja, não absolutas. A libertação deste curso mortífero reside na contradição capital x trabalhador e nos limites que essa relação promove. Sendo assim, o limite intransponível para o capitalismo não estaria em seu processo interno de produção e circulação de valor, mas estaria externo a ele. Mesmo assim, não seria possível afirmar que a superação refletiria em graus elevados de emancipação da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

CHESNAIS, François – **O capitalismo encontrou limites intransponíveis?** In: O comuneiro, nº 25, setembro de 2017.

----- **El curso actual del capitalismo** y las perspectivas para la sociedad humana civilizada. In: Herramienta, 2016.

HARVEY, D. – **The Limits to Capital**. Oxford: Brasil Blackwell, 1982.

MARX, Karl – **O capital** – Crítica da Economia Política. Livro III. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl – **Grundrisse** – Manuscritos econômicos de 1857-1858. São Paulo: Boitempo, 2011.

MELLO, Gustavo M. C.; BRAGA, Henrique P.; SABADINI, Maurício – **Notas sobre o debate acerca dos limites históricos do capital**. In: XXII Encontro Nacional de Economia Política, Campinas, 2017.

PRADO, Eleutério. **A questão dos limites do capitalismo**. Eleutério prado, 2017. Disponível em: < <https://eleuterioprado.files.wordpress.com/2017/12/a-questc3a3o-dos-limites-do-capitalismo.pdf>>. Acesso em: 30 de novembro de 2019.

STREECK, Wolfgang – **Como vai acabar o capitalismo?** In: Revista Piauí, nº 97, 2014.

SASSEN, Saskia – **Expulsões** – Brutalidade e complexidade na economia global. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2016)